

Ata da 5ª Sessão Ordinária, do 3º Período Legislativo, da 3ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura da Câmara Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.

Aos dezenove dias do mês de março do ano de 2007, reuniram-se na Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Antoninha Leuci de Oliveira, Aníbal Alves Vilela, Carlos Adelar Faganello, Ilton Provenzi, Luis Carlos de Melo, Pascoalina Grassioto, Rita de Cássia Moretti Liutti e Valdecir Rodrigues Garcia, sob a Presidência do Vereador Valdecir Rodrigues Garcia, que declarou:- "De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica de nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos". Em seguida o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão anterior e por não haver nenhuma observação, o Presidente colocou a mesma em votação, sendo aprovada por todos. Em seguida o Presidente solicitou ao 2º Secretário que efetuasse a leitura das correspondências recebidas desde a última Sessão. Após, o Presidente deixou a Tribuna à disposição dos Vereadores, momento onde pronunciou-se o Vereador Aníbal Alves Vilela relatando que na pauta dessa Sessão, há um Requerimento de sua autoria que solicita do Prefeito que dê parecer a respeito do Concurso Público, mas coloca que se o Líder do Prefeito na Câmara, Vereador Carlos Faganello, tiver parecer a esse respeito e fizer os esclarecimentos necessários, então tirará este Requerimento de Pauta. Aproveita a oportunidade para falar da situação caótica em que passa nosso País, no que diz respeito à Segurança Pública e cita o Estado do Rio de Janeiro, onde os policiais estão permanecendo em suas casas, ou quando vão trabalhar, precisam tirar suas fardas e esconder sua arma, pois, se os bandidos perceberem que podem ser policiais estão matando todos. Relata que já morreram treze em dez dias e a tendência é de aumentar ainda mais esse número. Comenta que os nossos munícipes estão reclamando que a nossa segurança está ruim, porém, por aí a fora a

situação está muito pior é preciso encontrar um meio para que esse tipo de coisa não venha acontecer em Feliz Natal. Explana também a respeito da liberação de recursos públicos, pois tem conhecimentos que nos Municípios de Vera, Sinop, Sorriso, dentre outros, as Prefeituras liberam veículos para entidades religiosas, e também para outras entidades, como por exemplo, de levar fiéis em alguma programação que houver num Município vizinho. Afirma que esses Municípios liberam veículos para esse fim, porém em Feliz Natal essa ação não é permitida. Questiona esse fato, dizendo que o Tribunal de Contas é o mesmo em todo o Estado de Mato Grosso. Diante do exposto, solicita do Vereador Carlos Faganello, Líder do Prefeito, por quê nosso Município não libera nenhum veículo para esse fim. Logo após o Vereador Carlos Faganello se pronunciou colocando que não sabe a respeito do Concurso Público, e até por isso pensa que é interessante encaminhar esse Requerimento ao Executivo, pois, dessa forma obteremos uma resposta. Quanto à questão do transporte, comenta que várias vezes já conversou com o Prefeito, inclusive a Igreja Católica já solicitou veículo e lhe foi negado. Coloca que é uma questão delicada, mas o Executivo de Feliz Natal é da opinião que o transporte escolar é única e exclusivamente para os alunos, porém, cada Prefeito adota uma forma de administração em seu Município. Relata que o nosso Prefeito prefere fazer as coisas de forma legal, e assegura que toma essa atitude com todas as denominações religiosas que se encontram em Feliz Natal, que não são poucas. E, como já passou da metade do Mandato, acredita que ele não mudará sua forma de pensar, até porque esses veículos servem para o transporte escolar e, ninguém é livre de acontecer um acidente, por exemplo, o que geraria um transtorno muito grande ao Município. Apóia o Prefeito, que decidiu seguir à risca a Lei, mesmo que em nosso País a Lei não valha muito. Relata que também se preocupa com a questão da segurança pública em nosso País, afirma que há muitos anos não se faz nada a respeito. Coloca que temos um Exército, que custa uma fortuna, e acredita que só nos veremos um pouco mais livres de tanta violência no dia em que nossas fronteiras realmente forem patrulhadas e legalizadas. Afirma

que nosso País tem condições de vencer o crime organizado, mas é preciso usar a forma, pois, na sua opinião, com bandido não adianta dialogar. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da Tribuna, o Presidente passou a ordem do dia solicitando ao 2º Secretário que informasse o Quorum presente, informando o mesmo que havia oito vereadores presentes. Na sequência o Presidente solicitou ao 2º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 008/2007, que altera a Lei Municipal nº 161/2005, que autoriza o Poder Executivo a desafetar as áreas denominadas R-11 e R-21 para fim de permuta com áreas de interesse público e dá outras providências. Após a leitura, o Presidente colocou o referido Projeto de Lei em discussão, e por não haver ninguém interessado em fazer uso da palavra, o Projeto de Lei Municipal nº 008/2007 foi colocado em 2ª votação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência o Presidente solicitou ao 2º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 010/2007, que autoriza o Poder Executivo municipal a promover a desafetação e doação de imóvel a Mitra Diocesana de Sinop, Paróquia São Judas Tadeu de Vera, Capela São Pedro Apóstolo de feliz Natal, Estado de Matogrosso e dá outras providências. Em seguida o Presidente solicitou ao 2º Secretário que efetuasse a leitura da ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Logo após, colocou o referido Projeto em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello, relatando que o Projeto é Constitucional e não há nada que o desabone, pois se trata de uma doação desse terreno, devido ao grande número de católicos que o nosso Município possui e há a necessidade hoje de formar uma Paróquia em nosso Município, com a presença de um Padre instalado aqui, onde poderá haver um melhor atendimento até para as pessoas do interior. E este terreno está sendo doado para a construção da casa paroquial. O terreno será aquele que estava destinado à Casa Mortuária que, por sinal, sempre pensou-se que seria fora de mão, e será designado outro terreno para esse fim. Diante do exposto, solicita o apoio dos Vereadores para a aprovação do Projeto. Na sequência se pronunciou o Vereador Ilton Provenzi relatando do

que, há algum tempo atrás, lembra que foi doado uma quadra inteira, nas proximidades da Avenida Maravilha, sentido Cemitério o Municipal, pela Colonizadora Debastiani. Por isso pede que seja melhor esclarecido esse procedimento, pois esperava que teriam uma quadra inteira, e não no local onde seria a Capela Mortuária e também se esse espaço físico suporta a construção de uma paróquia, com todas as suas estruturas. Deixa claro que é favorável ao Projeto, apenas gostaria de estar bem informado, até para dar maiores esclarecimentos às pessoas que possam perguntar a respeito. Em seguida retomou à Tribuna o Vereador Carlos Faganello relatando que este lote não fica na Avenida Maravilha, mas sim na Rua São Miguel D' Oeste, lote 49 da quadra 19, com área de seiscentos e setenta e cinco metros quadrados. Relata que em conversa com as lideranças, eles acham que a casa paroquial deve ficar próxima da Igreja que está construída, o que não impede que esta outra área continue como doação pelo Colonizador para a Igreja Católica. Afirma que a intenção é de se formar a paróquia o mais breve possível em Feliz Natal, se possível ainda esse ano, mas o Bispo exige que o Padre tenha a casa pastoral. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra o Projeto de Lei Municipal nº 010/2007 foi colocado em 1ª votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo o Presidente convidou o 2º Secretário para fazer a leitura do Requerimento nº 006/2007, que requer parecer sobre a realização do Concurso Público que tanto se cogitou no final de 2006, que haveria de se realizar ainda no 1º trimestre do ano de 2007, para atender exigências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e ao mesmo tempo regularizar a situação de muitos funcionários que prestam serviços sem Concurso Público, os quais estão amparados pela Lei Municipal nº 147/2004, sancionada em 20 de dezembro de 2004 e também com base no Artigo 37 da Constituição Federal. De autoria do Vereador Aníbal Alves Vilela. Após a leitura, o Presidente colocou o Requerimento nº 006/2007 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador autor da proposição, Aníbal Alves Vilela, relatando que no final do ano passado foi feita uma pressão muito grande sobre os funcionários

públicos do Município que tiveram que deixar de trabalhar por força da Lei de contratação aprovada em dois mil e quatro. Comenta que duas funcionárias ficaram com "a pulga atrás da orelha" se continuariam no serviço ou não. Os Municípios vizinhos, como Sinop e Santa Carmen, cumpriram a determinação do Tribunal de Contas e realizaram o concurso público, porém afirma que Feliz Natal parou no tempo e hoje não sabemos se haverá ou não concurso público. Relata que em conversa com o Vice-Prefeito Valderei Pescinelli, no mês de janeiro, o mesmo lhe disse que teriam de realizar esse concurso, no mais tardar até o final do mês de fevereiro, pois, caso contrário haverá complicações. Porém, já estamos no final de março e até hoje o Executivo ainda não mandou o Projeto de Lei para ser votado por esta Casa de Leis, para ser votado, para então serem abertas as inscrições para a realização do concurso. Diante do exposto, que toma essa atitude de cobrar esclarecimentos do Executivo a respeito. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, o Requerimento nº 006/2007 foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente convidou o 2º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 011/2007, que indica no sentido de colocar coletores de lixo (lixeiras), nas principais ruas e avenidas da cidade. De autoria do Vereador Luis Carlos de Melo. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 011/2007 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Luis Carlos de Melo solicitando o apoio dos Vereadores para aprovação da Indicação, proposição que já fez no ano passado, mas que infelizmente não foi atendido. Relata que mesmo sabendo das dificuldades que o Município passa, mas é de suma importância que essas lixeiras sejam feitas. Comenta que pediu ao Prefeito para fazer parcerias com o comércio, mas ele disse que não, pois ficaria algo desgastante fazer convênio com o comércio. Diante disso, optou por fazer a Indicação de forma bem simples, e espera que, dessa vez seu objetivo seja atendido e sejam implantadas as lixeiras, pois, andando pelas ruas nota-se a sujeira e, o povo mal educado nesse sentido, jogando seus lixos no chão, mas também por não ter um local adequado para jogá-lo. Acredita que dessa forma

manteremos nossas avenidas e ruas mais limpas. Em seguida se pronunciou o Vereador Carlos Adelar Faganello colocando que a matéria do Vereador é muito boa, mas questiona de quem é a responsabilidade pelas lixeiras na cidade, pois sua preocupação é justamente na falta de colaboração das pessoas. Pensa que o comércio é o grande responsável pelo lixo das ruas, principalmente na Avenida Maravilha. Na sua opinião o próprio bar que vende a cerveja precisa ter um local adequado para que o seu cliente possa depositar o lixo. Pensa que essa matéria tem que ser mais completa, até porque estamos prestes a concluir o aterro sanitário, e o lixo vai ser classificado, haverá regras que a cidade toda terá de se adaptar. Será preciso fazer a população entender a importância da coleta seletiva de lixo, e cita o exemplo da Lanchonete D'Tália, que nos domingos de manhã recolhe o lixo que ficou do sábado à noite, mas existem comércios que não tem esse respeito, principalmente o dinheiro público. Afirma que apoiará a proposição, mas gostaria que ela fosse mais completa, envolvendo a Secretaria de Educação, os jovens, pois acredita que não existe meio mais eficaz para fazer a diferença do que ensinar as crianças, que levarão o que aprenderam para suas casas. Relata que a Vigilância Sanitária também não se manifesta, lembra que o Vereador Vilela criticou há alguns dias a esse respeito e concorda com ele, pois é responsabilidade da Vigilância Sanitária estar cobrando dos estabelecimentos uma melhor postura na cidade e ela precisa começar a trabalhar. Coloca que é fácil jogar a responsabilidade sobre a Prefeitura, porém nós mesmos não tomamos nenhuma atitude, todavia teremos de aprender a lidar com isso. Comenta que os estabelecimentos lucram, porém no dia seguinte são os funcionários públicos que precisam fazer a limpeza, e esse dinheiro sai do contribuinte, dinheiro que poderia ser mais bem investido em outra área. Em seguida se pronunciou a Vereadora Rita de Cássia M. Liutti comentando sobre a Vigilância Sanitária que, em conversa com o “Zé da Bateria” o mesmo lhe disse que nas proximidades da Igreja Assembléia de Deus há uma criação de porcos e o mau cheiro está muito forte. Então ela disse que iria procurar a D. Zélia, responsável

pela Vigilância Sanitária, porém ele disse que não adiantava, pois a D. Zélia coloca que há algum impasse com relação à aprovação de Lei. Então expõe que a funcionária está recebendo, trabalhando como Secretária da Vigilância Sanitária, porém não consegue resolver um probleminha desses, por isso fala que é preciso ver onde está o erro. Solicita ao Presidente que procure saber qual é a Lei, segundo a D. Zélia, que falta para ser aprovada. Então o Presidente Valdecir Rodrigues Garcia disse que as Leis se encontram no Código de Postura do Município, logo, elas existem, como a proibição de criação de porcos e galinhas no perímetro urbano. Essa Lei já foi aprovada pela Câmara. Relata que, na qualidade de Fiscal que é, já passou por muitas situações parecidas, e sempre coloca que não é permitida criação de animais, que a fiscalização tem o direito de apreender esses animais que estão sendo criados dentro da área urbana do Município. Por isso assegura que a Lei existe e, na qualidade de Agente Sanitário ela tem a autoridade de fazer essa apreensão, só que precisa ter um local para colocar esses animais, e ali se encontra a dificuldade, pois não há um local para levar esses animais apreendidos. Lembra que há algum tempo atrás deu-se um problema que os vizinhos denunciaram uma criação de cerca de cinquenta galinhas. Relata que a Agente de Saúde foi lá, depois foi o Agente de Vigilância Sanitária, em seguida foi o Fiscal que deu o prazo de quinze dias para regularização. Comenta que cabe a Prefeitura fazer o laudo de apreensão, já que a pessoa que foi avisada não tomou providências e fazer a doação dos animais apreendidos para Creche, ou Escolas. Na seqüência a Vereadora Rita de Cássia comentou que sabe que deve-se colocar os lixos em sacos para a Prefeitura fazer a coleta, então, cabe a todos os munícipes realmente cumprirem isso. Aproveita para falar da limpeza nas praças, onde, na praça em que mora, novamente as pessoas podaram árvores e colocaram os galhos de frente de suas casas. Afirma saber que será cobrada uma taxa no IPTU para a retirada de entulhos, porém até agora ninguém fez isso ainda e solicita providências a respeito. Relata que conversou com o Prefeito sobre as demissões que estão acontecendo no Executivo, o qual lhe esclareceu

que devem-se pelo fato de pessoas que passaram no concurso público, porém se anteciparam a outros que estavam em sua frente na ordem de classificação, então, alguns funcionários estão ganhando as contas e outros estão sendo obrigados a mudar de setor. Em seguida se pronunciou o Vereador Ilton Provenzi lembrando que já foram feitos mutirões para fazer a limpeza na cidade. Coloca que se nada for feito, todos continuarão tendo gastos. Lembra de uma época em que foram colocadas lixeiras de concreto, porém as mesmas foram arrancadas devido às pessoas, tendo a lixeira em sua frente, mesmo assim jogarem o lixo no chão. Reclama que a população não tem educação mesmo. Pensa que nas praças, Postos de Saúde, Colégios, a responsabilidade é do Setor Público. Com relação à Vigilância Sanitária, pensa que falta às pessoas que atuam nessa área se mobilizarem e buscarem apoio, em primeiro lugar na Câmara de Vereadores, até porque o Executivo é responsável por esses servidores. O lixo é um problema delicado, e sugere que toda equipe de Vigilância Sanitária, juntamente com os Vereadores e voluntários, façam uma campanha para resolver de uma vez por todas o problema do lixo em nossa cidade. Finaliza manifestando seu apoio à proposição. Logo após se pronunciou o Vereador Luis Carlos de Melo relatando que sua indicação tem por objetivo principal a colocação das lixeiras, mas, depois de instaladas essas lixeiras, apóia a idéia para fazer essa conscientização citada pelo Vereador Ilton, pois, tendo as lixeiras e com um trabalho de conscientização, as pessoas acabarão por aprender a jogar o lixo no local adequado. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação n° 011/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Prosseguindo o Presidente convidou o 2° Secretário para fazer a leitura da Indicação n° 024/2007, que indica no sentido de terceirizar os serviços públicos urbanos, tipo limpezas de terrenos públicos particulares, pichação de meios fios, serviços de jardinagens, plantios de grama, pátio de escolas, creches, etc, coletas de entulhos, desentupimento de rede de esgotos, e serviços de segurança nos órgãos públicos municipais. De autoria do Vereador Aníbal Alves



Vilela. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação n° 024/2007 em discussão, pronunciando-se o Vereador Aníbal Alves Vilela que relatou que essa proposição diz respeito à privatização dos serviços públicos urbanos, que tem dado certo em outros lugares e, se o Prefeito acatar sua sugestão, com certeza amenizarão os problemas burocráticos, pois a maioria dos servidores que efetuam esse tipo de serviço braçal não são concursados, são diaristas. Diante do exposto, solicita o apoio dos Vereadores para aprovação da matéria. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação n° 024/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. E por não haver mais nada a constar na ordem do dia o Presidente encerrou a Sessão, e Eu lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Vereadores.